

A presença venezuelana em Manaus/AM e as estratégias de sobrevivência frente à pandemia de Covid-19

*Simone Tavares da Silva**
*Cristina Rivas Pulido***
*André Vicente Scafutto de Menezes****

1 INTRODUÇÃO

A Organização Mundial de Saúde, em janeiro de 2020, classificou a COVID-19 como pandemia, declarando o surto como uma emergência de saúde pública de importância internacional. Diante disso, foram tomadas medidas sociais de proteção, como o isolamento social, com intuito de conter a proliferação do novo coronavírus, implicando não só na reclusão das pessoas doentes ou portadoras do vírus, mas também das que não o contraíram, ocorrendo, assim, o fechamento de escolas, locais de trabalho não essenciais, cancelamentos de eventos e qualquer outro tipo de possível aglomeração social. Uma mudança drástica no cotidiano e na organização social com impactos econômicos importantes (DANTAS, 2020).

Diversos setores foram afetados pela pandemia. O sistema de saúde público se mostrou fragilizado, vivenciando um caos. Aumentaram o índice de desemprego e a precarização no trabalho, e os trabalhadores informais foram um dos mais atingidos, acentuando-se a sua vulnerabilidade socioeconômica.

Milhares de pessoas e famílias, que já se encontravam em situação de risco social, tiveram sua condição ainda mais agravada e se viram desesperadas em busca de sobrevivência em meio à pandemia e à fome. ONUBR (2020 a) afirma que os países com as maiores economias informais e em que foram aplicadas medidas de confinamento são os que mais sofrem com as consequências econômicas da pandemia. A porcentagem de trabalhadores da economia informal severamente afetada pelo confinamento está em torno de 89% na América Latina, de acordo com o relatório da Organização Internacional do Trabalho.

* *Doutoranda do Programa em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas - PPGAS/UFAM e Assistente Social do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Amazonas - IFAM.*

** *Antropóloga venezuelana da Universidade Central da Venezuela (UCV).*

*** *Coordenador da Operação Acolhida Base Manaus do VII Contingente. Coronel da Escola de Comando e Estado Maior do Exército - ECEME/Rio de Janeiro.*

Desse modo, em muitos países, incluído o caso brasileiro, as medidas de contenção da COVID-19 não puderam ser implementadas em sua plenitude porque esses trabalhadores precisavam seguir trabalhando para alimentar seus familiares, visto que, como estão na informalidade, não possuem as garantias trabalhistas e, não tendo outra fonte de renda, acabam enfrentando um dilema: morrer de fome ou arriscar-se a se infectar pelo vírus.

Na cidade de Manaus, foi notável a existência de imigrantes venezuelanos (as) nas ruas, muitas vezes com crianças, e desprotegidos, sem máscara, em busca de conseguir alguma renda ou comida. Para Silva (2018), a rua tem sido o único espaço que resta para aqueles que não encontram formas de inserção laboral, mesmo de modo precário. Então, seja com sol ou chuva, é comum ver homens e mulheres imigrantes venezuelanos, indígenas ou não indígenas, nas ruas de Manaus, segurando um papelão com os escritos “sou venezuelano e preciso de trabalho”, e pedindo ajuda para comprarem comida para seus filhos.

No Brasil, a partir de 2015, assistimos à entrada significativa de venezuelanos pela fronteira norte do país, tendo como porta de entrada principal o Estado de Roraima, através da cidade fronteiriça de Pacaraima, distante 17 km de Santa Elena do Uairén, na Venezuela. Esse fluxo de imigrantes foi se estendendo para a capital, Boa Vista, e chegando a Manaus, capital do Amazonas, desde o ano de 2016.

A Organização das Nações Unidas estima que mais de 4,5 milhões de venezuelanos já deixaram seu país, sendo um dos maiores deslocamentos da atualidade. Dados da Polícia Federal, de setembro de 2019, apontam que 213 mil venezuelanos estariam no Brasil. Estima-se que 60 mil estejam em Roraima e entre 16 mil e 20 mil estejam no Amazonas (ACNUR, 2019).

A vinda e o aumento de imigrantes venezuelanos para o Brasil ocorreram principalmente em decorrência de problemas de abastecimento de produtos básicos, associados ao aumento da violência e da disputa geopolítica dos Estados Unidos e de seus aliados pelo controle dos recursos naturais da Venezuela, substancialmente o petróleo, dentro de um pano de fundo de bloqueio econômico e do surgimento de uma administração e representação governamentais paralelas e todos os aspectos agravados até o presente momento, marcando a recente história desse país.

A população manauara, a partir de 2016, deparou-se com a presença de venezuelanos (as) que buscavam visibilidade ao ficarem abrigados nas proximidades do Viaduto de Flores, ao lado do terminal rodoviário, e que, após manifestações do Ministério Público Federal em relação ao abrigo e oferta de serviços de atenção à pessoa migrante, foram encaminhados para um abrigo provisório.

É importante ressaltar a contribuição da igreja a partir da Pastoral do Migrante e da Caritas Arquidiocesana de Manaus no processo de acolhida aos imigrantes e refugiados, principalmente diante da resposta tardia tanto dos governantes locais como também do governo federal: apesar de o fluxo

migratório venezuelano ter começado em 2015, os serviços emergenciais de assistência, a partir da Operação Acolhida, tiveram início somente no ano de 2018, em Boa Vista, e em Manaus, no ano de 2019.

A crise sanitária global do novo coronavírus alterou agendas políticas, relações entre estados, prioridades sociais, saúde pública, processos educativos, formas de vida de diversos grupos sociais, com destaque para os mais vulneráveis, compostos por mulheres, principalmente as que são chefes de família, negros, trabalhadores informais, migrantes e solicitantes de refúgio e refugiados, que são os primeiros a sofrerem diversas formas de violência simbólicas e concretas (PARISE; CARVALHO, PEREIRA, 2020).

A pandemia deu visibilidade a crescentes desigualdades sociais ao se manifestar de forma grave, e muitas vezes letal, em que grupos sociais, vivendo em situação marginal e tendo acesso unicamente ao sistema público de saúde, tiveram que enfrentar filas de espera por vagas em leitos de unidades de tratamento intensivo com necessidade de respiradores. Ressaltam-se também as dificuldades de acesso de muitas pessoas aos auxílios financeiros por falta de documentação regular, como o Cadastro de Pessoa Física.

Nesse contexto de crise, foi perceptível que a vulnerabilidade desses grupos se potencializou pela ausência de perspectivas. Dentre essas pessoas, destacam-se os migrantes internacionais que foram atingidos diretamente pela crise sanitária e socioeconômica, seja devido a uma maior restrição à mobilidade humana em razão do fechamento das fronteiras, ou pelas dificuldades de subsistência enfrentadas nos locais de residência, no país receptor.

2 MOBILIDADE HUMANA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Com a declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) de uma pandemia global do COVID-19, o fechamento de fronteiras, sejam terrestres, áreas ou aquáticas, foi a reação imediata de vários países, impedindo a entrada dos não nacionais. No Brasil, com o primeiro caso diagnosticado em vinte e seis de fevereiro e o primeiro óbito em decorrência do vírus em dezessete de março, levando nos meses subsequentes a milhares de mortes, foi editada a Lei n. 13.976 /2020, chamada a “lei da quarentena” e foram adotadas medidas de enfrentamento do novo coronavírus, dentre elas o fechamento das fronteiras, permitindo apenas o retorno de nacionais ou de estrangeiros residentes (RAMOS, 2020).

O fechamento de fronteiras encontra seu fundamento jurídico na Lei 13.979/2020, a partir da qual as autoridades governamentais podem adotar, para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente do novo coronavírus, a restrição excepcional e temporária de entradas e saídas do país por rodovias, portos e aeroportos, conforme recomendação técnica e fundamental da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

O fundamento constitucional dessa restrição à mobilidade internacional humana é a proteção à vida e à saúde, visto o grau de contágio do vírus que, até o mês de julho de 2020, já atingiu mais de 180 países, ou seja, a mobilidade sem restrição agravaria a situação da doença, podendo fazer surgir novas ondas de infecção. Para Ramos (2020), o fechamento das fronteiras impactou negativamente tanto a migração em geral, regulada pela Lei da Migração (Lei 13.445/2017), quanto o direito ao acolhimento dos solicitantes de refúgio, amparado pelo direito internacional e pelas normas nacionais, em especial o Estatuto dos Refugiados (Lei n. 9.474/1997).

Diante do exposto, não podemos nos esquecer dos direitos dos solicitantes de refúgio e daqueles que necessitam de acolhida humanitária, apontando para o estudo de outras formas de proteção à vida e à saúde no combate à pandemia que não violem os tratados internacionais e as legislações nacionais como o Estatuto dos Refugiados e a Lei da Migração.

Mesmo em tempos de pandemia, não se pode negar a vigência dos princípios da não devolução, pois, além de violar os direitos humanos, colocariam as pessoas em órbita, à procura de um Estado que as receba, contribuindo, inclusive, com a disseminação do vírus. De acordo com ACNUR (2020), impor uma medida geral para impedir a admissão de refugiados ou requerentes de asilo, ou de uma determinada nacionalidade ou nacionalidades, sem evidência de risco para a saúde e sem medidas de proteção contra repulsão, seria discriminatório e não atenderia aos padrões internacionais, em particular no que se refere ao princípio da não repulsão. Caso sejam identificados riscos à saúde, outras medidas podem ser tomadas, como testes e / ou quarentena, respeitando o princípio da não repulsão.

A imobilidade da população mundial, imposta por este momento de pandemia, torna-se um novo elemento na discussão acerca da continuidade da era da migração, pois será nesse cenário que novas dimensões sociais, econômicas e políticas poderão (re) configurar os movimentos migratórios internacionais. Para Baeninger (2020), a nova face da era da migração e as consequências duradouras da COVID-19 poderão revelar a migração como fenômeno social menos centrado na relação migração-trabalho, apontando também dimensões voltadas para a própria reprodução da vida.

Nos países com grandes índices de desigualdade social, a mobilidade deve ser pensada em relação à imobilidade, visto que, enquanto alguns segmentos da sociedade adotaram medidas de autoisolamento, transferindo as atividades cotidianas para dentro de casa, outros tantos continuam trabalhando fora de casa (RUSEISHVILI, 2020). Ou seja, se, por um lado, alguns podem se sujeitar à imobilidade, cumprindo uma quarentena decretada através de lei, outros não têm outra opção a não ser manter a mobilidade em busca da sobrevivência. A díade mobilidade e imobilidade não pode ser compreendida fora da dinâmica da sociedade capitalista que a produz e molda em diferentes escalas, seja local, regional ou global.

Se, para muitos trabalhadores, a renda familiar já era insuficiente para suprir as necessidades básicas antes da pandemia, após essa crise sanitária a situação se tornou ainda mais grave, visto que muitos brasileiros e imigrantes exercem atividades laborais na informalidade, sem os direitos sociais trabalhistas garantidos, com baixos salários e em condições precárias. Com a propagação do vírus da COVID-19, a situação só piorou ainda mais, visto que essas atividades precisaram ser interrompidas pela necessidade do distanciamento social, agravada pelo próprio fechamento de postos de trabalhos formais, tornando o desemprego tão ameaçador quanto o próprio vírus. O resultado foi uma população sem renda e em situação ainda mais vulnerável.

Considerando um número significativo de pessoas em trabalhos informais, uma das principais medidas adotadas pelo estado brasileiro, para prover o mínimo necessário à sobrevivência dessa parcela da sociedade, foi a de garantir que os mesmos tivessem acesso a um auxílio emergencial, também conhecido como “*coronavoucher*”, a ser concedido a princípio por três meses e estendido pelo governo até setembro de 2020, destinado a todos os trabalhadores de baixa renda, nacionais ou imigrantes, prejudicados pela pandemia (SQUEFF, 2020).

Assim, foi promulgada a Lei nº 13.982 de benefício assistencial, em abril de 2020, contemplando, de início, três parcelas de transferência de renda de R\$ 600,00 reais ou R\$ 1.200,00 reais para mulheres chefes de família de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família ou inseridas no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal, assim como trabalhadores da economia informal.

De acordo com Chaves (2020), não houve qualquer discriminação na lei entre brasileiros e não brasileiros. A Defensoria Pública da União (DPU) não atuou, e não foi provocada a atuar, quanto ao cadastramento de imigrantes no aplicativo “*Caixa Tem*”, via de acesso destinada aos trabalhadores da economia informal que não estivessem previamente incluídos no Cadastro Único ou beneficiário da Bolsa Família. As famílias de trabalhadores tiveram que adequar suas despesas ao valor do auxílio emergencial criado pelo governo federal.

Considerando que, em várias cidades do Brasil, muitos imigrantes tiveram dificuldades no saque do auxílio emergencial, a Defensoria Pública da União entrou com uma ação contra o Banco Central do Brasil e a Caixa Econômica Federal para que aceitassem documentos com prazo de validade vencido, visto que os serviços para a emissão ou atualização de documentos foram suspensos temporariamente. O pedido mencionava providências para que não houvesse a negação de acesso e o saque do auxílio financeiro ao imigrante, independente da sua situação migratória, devendo ser aceitos documentos nacionais ou estrangeiros, mesmo com o prazo de validade vencido.

Contraditoriamente, nesse momento que requer isolamento e distanciamento social, presenciamos, no cenário das cidades brasileiras, a população mais carente e necessitada de recursos para a sobrevivência, aglomerando-se e ocupando

as inúmeras filas da Caixa Econômica Federal para o recebimento do auxílio emergencial, dado pelo governo, ou nas filas das entidades que estão distribuindo alimentos/refeições e produtos de higiene (PACHI, 2020).

A capacidade que um imigrante apresenta para evitar a infecção pela COVID-19, superar a crise econômica e social, muitas vezes, com sua saúde mental abalada pelos efeitos da pandemia, pode ser enfraquecida por fatores como a ausência de uma articulação das redes de atendimentos que considere as suas especificidades culturais e linguísticas, evitando atitudes xenofóbicas e possibilitando o acesso às informações sobre direitos à políticas públicas de inclusão nas sociedades receptoras.

3 IRMÃOS SOLIDÁRIOS SEM FRONTEIRAS: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS VENEZUELANOS (AS) FRENTE À PANDEMIA DE COVID-19 NA CIDADE DE MANAUS/AM

Mesmo diante de tantas dificuldades enfrentadas em tempos de pandemia, chamamos a atenção para o protagonismo dos imigrantes venezuelanos (as) na cidade de Manaus/AM, os quais, a partir de grupos e/ou associação, se reuniram e mobilizaram-se, realizando ações a fim de ajudar aos seus conterrâneos em situação de maior vulnerabilidade, possibilitando a segurança alimentar de várias famílias desprovidas de recursos próprios para aquisição de alimentos.

Cada vez que puedo, pedaleo mi bicicleta desde Punta Negra hasta el Centro de la ciudad para ayudar en la distribución de comida que nuestro grupo 'Irmãos Solidários Sem Fronteiras' entrega a los venezolanos migrantes más vulnerables. Es lo mínimo que puedo hacer como venezolana, muchos de ellos quedaron sin trabajo ya que las empresas donde trabajaban cerraron. Algunos incluso están en riesgo de quedar sin techo porque no podrán pagar el alquiler (Aura, Venezolana, 23 años de edad, vendedora en bicicleta de Harina de Maíz).

Para Almeida (2015), em situações de crise, seja social, econômica e de saúde, ser solidário com a humanidade quer dizer sentir-se parte desse coletivo que habita todo o planeta Terra. Dessa forma, uma pessoa que se engaja em uma ação humanitária, mais do que sua ligação jurídica com a comunidade da qual é nacional, sente-se integrante da comunidade de todos os homens e mulheres da Terra. Esse sentimento de fazer parte implica em uma responsabilidade perante um coletivo acima das nações.

Desde o momento em que se confirmou, dia 13 de março 2020, o primeiro caso de Covid-19 em uma mulher de 39 anos que havia regressado de Londres, decretou-se em Manaus uma “situação de emergência sanitária”. O impacto da crise se deixou sentir quando se evidenciou o colapso na saúde pública,

nas unidades de terapia intensiva e nos serviços funerários com valas comuns, em Manaus. Situação noticiada pelos meios de comunicação nacionais e internacionais que mostravam containers de refrigeração localizados no lado de fora dos hospitais. A população imediatamente reagiu com pânico já que as notícias diárias apontavam a capital amazonense como uma das cidades mais assoladas pela pandemia.

Como era de se esperar, vários imigrantes venezuelanos em Manaus também entraram em pânico já que a vulnerabilidade vivida por muitos deles poderia ser um fator de alto risco para enfrentar a Covid-19. Cristina Rivas, antropóloga venezuelana, atuou com afinco e dedicação na ajuda aos seus “irmãos” venezuelanos em meio à pandemia. Optamos por deixar os relatos em seu idioma, o espanhol.

A mediados del mes de febrero 2020, yo me había mudado de Parque das Laranjeiras al Centro de la ciudad de Manaus, ya que en abril tenía planeado viajar a Caracas para retornar de nuevo a la Amazonia como participante de un seminario internacional de fronteras. Sin sospechar que luego iba a constatar otras fronteras: entre la vida y la muerte; entre los que tienen trabajo y los desempleados; entre los que comen todos los días y los que carecen de alimentos; entre los confinados o resguardados, y los que deben salir a la calle todos los días a buscar su sustento diario, con o sin Covid-19; entre los que tienen un techo para dormir seguros y los “sin techos” (Cristina Rivas, 66 años, antropóloga venezolana).

Estar en pleno centro de la ciudad de Manaus me ha permitido tener una visión panorámica de la movilidad y trayectoria de los venezolanos migrantes que llegan a la región norte de Brasil, y conocer sus aspiraciones, fortalezas, y necesidades. Mi participación como voluntaria en la Pastoral de Migrantes de la Arquidiócesis de Manaus, coordinada por la Hna. Dina, ha sido propicia para conocer a profundidad a los venezolanos que acuden allí en demanda de servicios. Lo cierto es que puedo señalar que son personas que quieren avanzar y superarse. Dicho al modo venezolano “Echan Pa'lante”. Desde mis perspectivas es gente que le agrega valor a la sociedad brasileña. Ofrece sus talentos y lo mejor que sabe hacer para la sociedad en general (Cristina Rivas, 66 años, antropóloga venezolana).

Así que dada la imposibilidad de viajar a Caracas por la Cuarentena del Covid-19, este tiempo me ha servido además de resguardo e introspección para escribir algunos relatos de campo, y buscar la manera de ser más útil a la comunidad venezolana de migrantes de esta región. Además para establecer vínculos personales e institucionales con los brasileños, venezolanos, colombianos, haitianos, peruanos, ciudadanos de cualquier nacionalidad ya que la ciudad de Manaus es multiétnica (Cristina Rivas, 66 años, antropóloga venezolana).

Como es bien sabido las redes sociales son el mecanismo de unión, alianza, intercambio, vínculo e integración de los seres humanos, en la actualidad. Y más ahora en tiempo de distanciamiento social que se han convertido en un fenómeno de la comunicación global con un crecimiento exponencial, sin precedente. Un tiempo nuevo marcado por el ritmo digital y el amor líquido como acostumbraba a decir el sociólogo polaco Zigmunt Bauman en sus textos (Cristina Rivas, 66 años, antropóloga venezolana).

Desde estas circunstancias se gesta el “Grupo Irmãos Solidários Sem Fronteiras” cuando se declara oficialmente la crisis sanitaria mundial. Entre varios venezolanos que coincidimos, por medio del Whatsapp, en algunas actividades sociales y culturales en Manaus, comenzamos a reseñar la angustia de muchos venezolanos ante la pérdida de sus empleos, quienes quedaron literalmente en las calles sin el pago de sus obligaciones laborales. Mientras, otros eran presionados por los dueños de casas o kioscos de calle para que pagaran su alquiler en momentos de una recesión económica que se dejaba sentir, por las medidas sanitarias impuestas, donde el comercio local cerró sus puertas. Las calles lucían solitarias y los más valientes eran vendedores ambulantes de agua que iban de un lado a otro vendiendo su mercancía (Cristina Rivas, 66 años, antropóloga venezolana).

En esta dinámica de confinamiento y comunicación virtual me contacta la sra. Nohemy Morillo, venezolana, quien había sido demitida del restaurante donde trabajaba en las cercanías del Teatro Amazonas para que la asesorara en la conformación del Grupo Irmãos Solidários Sem Fronteiras. Analizamos los pro y los contra del grupo y le dimos primero vida digital (Cristina Rivas, 66 años, antropóloga venezolana).

He trabajado desde que llegué a Manaus cerca del Teatro de Amazonas. Percibo que el centro da mayor oportunidad para trabajar y vender servicios. Como en mi caso que en diciembre hice hallacas y comida venezolana, además de mi trabajo en el restaurante. Por eso me conoce mucha gente. Con esta pandemia yo misma he visto como las grúas arrastran los kioscos que los venezolanos han alquilado para vender sus mercancías. No soporto tanta injusticia tenemos que ayudar y ayudar a los venezolanos (Nohemi, 35 años de edad. Venezolana. Auxiliar de Farmacia).

Cada momento me tocan la puerta. Son mujeres venezolanas que necesitan alimentar a sus hijos, darle leche a sus bebés. Con esta pandemia no pueden trabajar. Tienen hambre. Debemos organizarnos. (Nohemi, 35 años de edad. Venezolana. Auxiliar de Farmacia).

De maneira urgente, nasce o “Grupo Irmãos Solidários Sem Fronteiras” no calor das demandas daqueles venezuelanos, especialmente mulheres, que ficaram desempregadas diante da pandemia de Covid-19 e com necessidade de dar a comida para o grupo familiar.

O “Grupo Irmãos Solidários Sem Fronteiras” é um grupo de venezuelanos para venezuelanos que surgiu em plena pandemia na cidade de Manaus, para mitigar a fome entre os venezuelanos imigrantes e vulneráveis. Aberto à convivência e integração entre venezuelanos e brasileiros, sem fronteiras.

Empezamos a hacer censos para organizar las prioridades y darle cabida al mayor número de familias venezolanas. El foco principal, mitigar el hambre. La fraternización del grupo ha sido un ejemplo de solidaridad y empatía para contribuir al bienestar de los venezolanos migrantes en Manaus (Cristina Rivas, 66 anos, antropóloga venezolana).

Durante os meses de março, abril, maio e junho, foram atendidos mais de 200 grupos familiares, priorizando aqueles com crianças e idosos. Houve doações de cestas básicas por comerciantes, instituições religiosas, como a Pastoral do Migrante, Serviço Jesuíta, Cruz Vermelha Internacional e outras pessoas físicas que aderiram a esta ação solidária. A tarefa de emergência alimentar foi concluída com uma atividade cívica no dia cinco de julho de 2020, data em que se comemora a Independência da Venezuela, nossa solidariedade de venezuelanos para venezuelanos.

Em contexto de pandemia, a solidariedade entre grupos e associação de imigrantes venezuelanos e a contribuição espontânea de voluntários viabilizaram a centenas de pessoas condições de vida e acesso ao mínimo vital para que pudessem sobreviver, buscando forças para ressurgir numa sociedade atravessada por diversas crises dentro de outras crises: humanitária, sanitária e econômica.

4 A OPERAÇÃO ACOLHIDA EM MANAUS E OS DESAFIOS ENFRENTADOS EM MEIO À CRISE SANITÁRIA

Os dados apresentados aqui foram colhidos a partir da pesquisa de campo para a tese de doutorado intitulada “Cruzando Fronteiras: um estudo sobre mobilidade humana e produção de territórios dos imigrantes venezuelanos na cidade de Manaus/AM”, a partir de entrevistas semiestruturadas com gestores da Operação Acolhida, antes e depois da pandemia, e com imigrantes venezuelanos que pernoitavam nas barracas do Posto de Recepção e Apoio (PRA), próximo à área do terminal rodoviário da cidade.

A gestão de processos migratórios tem sido profundamente afetada pela pandemia causada pela disseminação de um vírus que assolou quase todas as nações. Diante desse cenário de crise sanitária, buscaremos apontar as

interferências nas atividades desenvolvidas pelos atores da Operação Acolhida em Manaus e como os envolvidos nessa operação reorganizaram suas ações ante a chegada do novo coronavírus na região.

Vamos iniciar explicando como se deu o processo de criação e implementação da Operação Acolhida. A presença venezuelana ensejou diferentes reações dos brasileiros, desde a hospitalidade até a episódios de xenofobia, especialmente na região fronteiriça. No início do fluxo migratório, grande parte dos imigrantes que chegavam às cidades de Pacaraima, Boa Vista e Manaus, se acomodavam em acampamentos improvisados ou em praças, sofrendo, muitas vezes, manifestações discriminatórias e sendo atribuído a eles o aumento da criminalidade, da mendicância, da prostituição, dentre outros problemas.

O estado de Roraima, frente a um grande fluxo migratório de venezuelanos, teve como reação o pedido impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal solicitando o fechamento temporário da fronteira, alegando que não tinha como custear sozinho o acolhimento desses imigrantes; vale ressaltar que esse pedido foi negado. Para Silva (2018), essa posição do governo local, embora possa ser interpretada como um protesto frente ao governo federal por mais verbas, não deixa de ser extrema e xenófoba, contrariando os princípios norteadores da nova Lei da Migração, a qual tem como preocupação central a defesa dos direitos humanos.

A partir das manifestações feitas pelo governo de Roraima, o ex-presidente Michel Temer assinou a medida provisória nº 820, de 15 de fevereiro de 2018, que institui o Comitê Federal de Assistência Emergencial. Em março de 2018, foi determinado ao Exército Brasileiro, via Ministério da Defesa, o estabelecimento da Força-Tarefa Logística Humanitária para o estado de Roraima, tendo sua atuação pautada por um tripé de ações: ordenamento da fronteira, abrigamento e interiorização dos imigrantes. Assim teve início a Operação Acolhida.

A acolhida humanitária deveria proporcionar hospitalidade e eliminar a hostilidade frente aos imigrantes, não os vendo como uma ameaça e buscando, assim, diminuir as barreiras enfrentadas quando eles adentram no Brasil, como a xenofobia, discriminação, preconceito, as dificuldades em relação à língua. Mas, é fundamental que as ações extrapolem a situação emergencial, objetivando a inserção sociocultural e laboral do imigrante.

A imigração venezuelana não se restringiu ao Estado de Roraima. Novas fronteiras passaram a ser exploradas e o primeiro destino, depois de Boa Vista, foi a capital amazonense. Diante de uma alta demanda de imigrantes venezuelanos necessitando de apoio assistencial na cidade de Manaus, algumas medidas foram tomadas pelos gestores locais, de âmbito municipal e estadual, a partir de um plano emergencial de ajuda humanitária envolvendo várias secretarias como a de justiça, cidadania e direitos humanos, de assistência social, de saúde, dentre outras.

A Operação Acolhida foi implementada em julho de 2019 na cidade de Manaus, no entanto, sem se configurar como uma intervenção federal, mas como atendimento a uma demanda do governo local e apresenta uma estrutura semelhante à de Roraima no que se refere aos serviços e aos atores envolvidos, mas com suas particularidades.

No início do mês de fevereiro de 2020, antes do primeiro caso confirmado de COVID-19, visitei as instalações da Operação Acolhida e entrevistei o comandante da Base Manaus pertencente ao VII Contingente. Conheci o Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG), a Área de Trânsito de Manaus (ATM) e o Posto de Recepção e Apoio (PRA). Em relação à implementação da Operação Acolhida em Manaus, e no que toca às semelhanças e diferenças dos serviços disponibilizados no estado de Roraima e em Manaus, o comandante da base relatou o seguinte:

No início do ano passado (2019), a prefeitura de Manaus e o estado do Amazonas buscaram uma aproximação com o Comitê em Brasília que regula as ações da Operação Acolhida, bem como os seus representantes no Norte. Em Manaus já havia muitos venezuelanos, muitos deles nas ruas, ocupando áreas públicas, como a rodoviária, algo que muito se assemelhava tempos atrás em Boa Vista/RR. Em julho, iniciaram as tratativas e atividades de reconhecimento na cidade de Manaus. Foi acordado que os poderes locais (Estado e Município) cuidariam das questões ligadas ao abrigo e Manaus serviria como um hubb (área de trânsito) para as atividades de interiorização, a fim de auxiliar o escoamento de efetivos que vinham de Pacaraima ou Boa Vista, para daí seguir para outras regiões, devido aqui ter maior oferta de voos regulares. Com isso, o estado do Amazonas cedeu parte da área de uma secretaria estadual, para se mobiliar ali uma Base Interagências, e outra área junto à rodoviária para se constituir num PRA/AM. Uma área particular de uma escola de samba serviu para se constituir na Área de Trânsito de Manaus temporariamente até que outro local estivesse pronto. Isso foi instalado no mês de agosto e operou dessa forma até o início de novembro do ano passado. Viu-se a necessidade de ampliação das ações em Manaus, tanto de ordenamento, como de interiorização (grande interesse dos governos locais) e foram construídas duas áreas cedidas pelo estado do Amazonas contíguas para um novo ATM e para um PITRIG/AM, tendo ambas tido o início do funcionamento no dia cinco de novembro, três semanas antes da chegada do VII Contingente na cidade. Dentre as semelhanças e diferenças das instalações da Operação Acolhida em Manaus, tendo como referência as de Roraima, será interessante analisar cada uma separadamente. Em Manaus, a Base de Operações Interagências funciona num espaço cedido por uma secretaria de Estado (IPAAM) e sob o controle de outra (SEJUSC), que acaba por ser a ligação da operação junto ao governo do Estado para as necessidades diversas, enquanto em Boa Vista a base é praticamente somente composta pelos militares e ocupa parte de uma área da 1ª Brigada de Infantaria de Selva e a Base Interagência de

Pacaraima se encontra junto ao 3º Pelotão Especial de Fronteira/7º Batalhão de Infantaria de Selva. Em Manaus, na base, estão presentes, além dos militares, representantes das seguintes agências da ONU (ACNUR, OIM, UNICEF e UNPFA), de uma agência implementadora da ACNUR (ONG Fraternidade Internacional) e da SEJUSC. O PRA/AM recebe um número de necessitados bem menor que em Boa Vista (250 contra 1200 em média). Também na Rodoviária de Manaus se encontra representante da SEJUSC, além de outras agências das Nações Unidas (há representantes da Cruz Vermelha – CICV e CVB). O ATM é algo que existe em Manaus, mas que não há comparativo com Roraima, não é abrigo. Destina-se a receber, em condições semelhantes a um abrigo, venezuelanos aptos para a interiorização, que aguardam tão somente a aquisição e/ou oportunidade de voo para o seu destino. Tem a capacidade para cerca de 300 pessoas. O PITRIG/AM possui, além das parceiras tal qual em Roraima (que inclui Receita Federal e Polícia Federal), nos seus dois correlatos, representantes da SEJUSC, da SUSAM e da SEAS (Estado), da SEMASC (Município) e da DPE e DPU (defensorias públicas do Estado e da União). Há um convênio firmado, mas ainda não em execução, no qual o Tribunal de Justiça do Estado se faz presente com apoio de estagiários supervisionados para as diversas demandas judiciais, a partir de alunos da Universidade Estácio de Sá/AM. Há ainda uma diferença em relação às formas de interiorização. Em Manaus só estão sendo feitos os processos de reunificação familiar e reunião social. (Coronel Scafutto, 49 anos, Coordenador da Operação Acolhida em Manaus, entrevista, em fevereiro de 2020).

Conversei também com uma venezuelana que pernoitava com a família no Posto de Recepção e Apoio e era voluntária na cozinha da Área de Trânsito em Manaus. A mesma relatou que veio para Manaus interiorizada para reunificação familiar. No entanto, seus familiares haviam ido para outros estados brasileiros, enquanto outros haviam retornado para a Venezuela. Friso que durante o período de isolamento social estive na rodoviária, mas não consegui encontrar mais a Sra. Roberta e sua família na área de pernoite. Segue o relato da imigrante venezuelana:

Sou da cidade de Maturín, Estado de Monagas na Venezuela. Vim como muitos imigrantes de carona em carona, passando frio, fome, passando de tudo... Estivemos em Boa Vista no abrigo Rondon três e ali faleceu minha sobrinha de oito anos, uma criança especial (surda-muda); por isso minha irmã adoeceu também. Cheguei a Manaus por interiorização com minha irmã. Meus dois irmãos, que já estavam aqui, foram para Mato Grosso e outro para São Paulo e minha irmã retornou para a Venezuela. Agora, estou aqui lutando como muitos venezuelanos. Antes, eu saía todos os dias para a rua atrás de emprego; agora estou como colaboradora do PITRIG e da cozinha no ATM, graças a uma amiga que interiorizou e me indicou para eu ficar no seu lugar. Apesar de muitas adversidades, sigo lutando... Na Venezuela, eu trabalhava como comerciante,

como cozinheira, fazia de tudo. Antes de entrar no Brasil, trabalhei por seis meses na mina próxima à Santa Elena do Uairén vendendo cigarro, água e pão. Eu, meu esposo e minha filha estamos documentados aqui. Meu esposo já teve emprego aqui em uma empresa, mas demitiram todos os venezuelanos e ele voltou a ficar desempregado. Mas, mesmo passando muita dificuldade, não pensamos em voltar para a Venezuela. A situação lá em nada melhorou. Tinha uma casa em Maturín que foi invadida. Se não conseguirmos trabalho aqui, podemos até ir para outro país e seguir lutando... Meu esposo, todos os dias, vai para as ruas entregar currículo ou conseguir fazer algum trabalho. Eu fico como voluntária no PITRIG das 7 às 15 horas e minha filha fica aqui ao redor da rodoviária e, quando não servem comida aqui, tem que esperar eu chegar para comer. Quando eu tenho algum dinheiro, dou pra ela se alimentar; se não, tem que me esperar para comer. Eu recebo bolsa família há quase um ano; é a única ajuda de dinheiro que recebo no Brasil. Fiz meu cadastro lá em Boa Vista e, com quatro meses, comecei a receber (Roberta, 48 anos, Manaus, entrevista em fevereiro de 2020).

Quase três meses depois de decretada na cidade de Manaus a “quarentena”, realizei outra visita à Base da Operação Acolhida, para saber, junto ao responsável, como estavam enfrentando esse período de pandemia, considerando que agora, além de uma crise migratória, tinha uma crise sanitária.

Segundo o Coronel do Exército do VIII Contingente da Operação Acolhida, que coordena a célula Manaus, desde o final do mês de março, quando já havia aqui apresentado o primeiro caso confirmado de COVID-19, a atuação dos atores envolvidos na operação se deu a partir de um “Plano Emergencial de Contingenciamento para a COVID-19”, atualizado toda semana. Nesse plano, são apresentados todos os protocolos de prevenção do coronavírus em todos os eixos e, rapidamente difundindo-se para todos os militares e parceiros, e que, ao serem adotados, proporcionaram um número reduzido de casos confirmados de imigrantes contaminados pelo vírus, isso no âmbito dos que são atendidos pela Operação Acolhida.

O comandante da célula Manaus afirmou que esse VIII Contingente viveu uma Operação Acolhida/COVID-19. Logo no final de março e início de abril, tiveram que tomar algumas medidas sanitárias de distanciamento entre as pessoas nas três instalações: no Posto de Recepção e Apoio (PRA), na Área de Trânsito de Manaus (ATM) e no Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG). Com o agravamento das contaminações pelo COVID-19 e a exigência de quarentena para as pessoas suspeitas e confirmadas de contaminação pelo vírus, a primeira preocupação dos gestores era onde isolar os imigrantes venezuelanos atendidos pela operação caso manifestassem os sintomas do coronavírus.

Assim, foram feitas diversas tratativas com as Secretarias de Saúde e a Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania do Estado do Amazonas. No entanto, como a cidade de Manaus foi uma das primeiras em que o vírus

se espalhou rapidamente e com bastante intensidade, foi percebido pelos gestores da Operação Acolhida que as referidas secretarias não conseguiriam apoiá-los diretamente nesse momento de pandemia. Os hospitais estavam com quase todos os seus leitos ocupados e estavam trabalhando na construção de hospital de campanha.

Diante do mencionado, os gestores da Operação em Manaus decidiram criar uma área de proteção, sendo inicialmente solicitado apoio ao governo do estado, mas não foi possível disponibilizar nenhum local para a construção de um lugar para a necessidade de quarentena dos imigrantes venezuelanos atendidos pela Operação Acolhida. Desse modo, por decisão própria da Base Manaus e apoio do comando da operação, decidiram fechar o Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG), no início do mês de abril, que foi transformado em uma área de proteção, na qual as pessoas que fossem contaminadas pelo vírus pudessem ficar isoladas.

Essa área serviu tanto para imigrantes como para os militares, considerando que, como eram de outros estados, não tinham residência na cidade. A área de proteção foi criada para uma capacidade de 120 pessoas para isolamento, mas, no máximo, foram utilizadas 19 vagas ao mesmo tempo e nenhum caso grave ou óbito. Não houve muitos casos de contaminação, nem de militares, nem de imigrantes. A entrevista foi realizada em meados do mês de julho/2020 e já havia mais de uma semana que ninguém era colocado em isolamento na área de proteção.

O Posto de Recepção e Apoio, área próxima ao terminal rodoviário, lugar de albergamento/pernoite, foi criado para evitar que os imigrantes, que não conseguiam abrigo, ficassem pernoitando nas ruas. Antes da pandemia, esses imigrantes podiam apenas pernoitar no local. Eles entravam nas tendas a partir das 16 horas e podiam ficar até às 8 horas, mas, com o surgimento da COVID-19, as tendas ficavam disponíveis 24 horas.

Nessa área foram feitas marcações no chão, o que diminuiu a capacidade de barracas, distribuições de máscara e de álcool em gel disponível nas instalações, foram colocadas tonéis (doação dos Médicos Sem Fronteiras) com água e sabão, onde constantemente os imigrantes poderiam lavar as mãos. Antes das refeições, era posto álcool em gel nas mãos dos imigrantes e as mesas dos refeitórios foram retiradas, ficando apenas as cadeiras. Essas ações buscavam atender aos protocolos de saúde de distanciamento social de dois metros, de higienização, dentre outros.

Outra medida tomada no Posto de Recepção e Apoio foi a disponibilidade de um médico das Forças Armadas, que fazia parte do VIII Contingente e que antes ficava no PITRIG, mas, com seu fechamento temporário, foi deslocado para o PRA e começou a prestar atendimento médico aos imigrantes dessa área. O comandante da operação ressaltou o apoio da Cruz Vermelha do Amazonas na área da saúde, que aumentou a quantidade de enfermeiros nesse período da pandemia. Também foi disponibilizada uma ambulância das Forças Armadas. O

médico fazia o atendimento na rodoviária e os casos sérios de problemas de saúde eram encaminhados para a unidade básica de saúde ou atendidos nos diversos hospitais.

É importante ressaltar que, na área de albergamento/pernoite dos imigrantes, a alimentação é feita por doações, seja da sociedade civil, de instituições filantrópicas ou de instituições religiosas. Com a chegada da COVID-19, essas doações se reduziram muito, o que ocasionou um período difícil e o jeito foi a busca da alimentação a partir de parcerias. Conseguiu-se amenizar essa situação e hoje há o apoio da Fraternidade Sem Fronteiras, que fornece cem refeições diariamente para o almoço, além dos apoios da Secretaria Municipal da Assistência Social e Cidadania (SEMASC) e da Secretaria Estadual de Assistência Social (SEAS).

Quando o Posto de Interiorização e Triagem (PITRIG) foi fechado, foi decidido que os processos em andamento de interiorização teriam continuidade. Então, as atividades necessárias para fazer fluir esses processos, que antes eram realizadas no PITRIG, foram deslocadas para a Base da Operação Acolhida. Com isso, diminuiu o número de imigrantes atendidos, devido à exigência de distanciamento.

A interiorização conseqüentemente diminuiu em mais da metade, visto que, até o mês de março, eram interiorizados, aproximadamente, três mil imigrantes de Boa Vista e Manaus, tendo sido reduzida, no tempo da pandemia, para cerca de mil imigrantes, por diversos fatores, como a redução do número de voos e o fechamento das fronteiras. A reabertura do PITRIG está prevista para início do mês de agosto de 2020; já estavam desmontando a área de proteção e remontando as salas de atendimentos e, se nada evoluir negativamente, os atendimentos voltarão à sua normalidade, respeitando os protocolos de saúde.

Os atendimentos na Área de Trânsito de Manaus (ATM) - um alojamento temporário para os imigrantes em trânsito que serão interiorizados para outros lugares do país - não foram interrompidos. Alguns imigrantes, que seriam interiorizados, vinham de Boa Vista. Nessa cidade, antes da pandemia, só havia quatro voos diários enquanto que, em Manaus, havia vinte e quatro. Desse modo, fazem o deslocamento de ônibus e ficam no ATM por dois ou três dias até a saída para outra cidade. No ATM, também não houve casos graves de COVID-19 e os imigrantes eram sempre orientados conforme o protocolo de saúde. Máscaras eram distribuídas assim como álcool em gel que conseguiram a partir de doações, a fim de minimizar os efeitos de transmissão do vírus.

O coordenador da Célula Manaus mencionou que o Exército é dividido em 12 regiões e nessas regiões foi criado um núcleo de interiorização, sendo disponibilizados militares para receber os imigrantes interiorizados. Esses imigrantes, ao chegar à região, são encaminhados para uma casa de passagem, onde devem permanecer até serem deslocados para seu destino final. Nessas casas também foram adotados todos os protocolos de segurança para a saúde. Até o momento, ainda não havia nenhum caso de imigrantes interiorizados que tivessem dado positivo para a COVID-19 ao chegar ao destino.

Com a pandemia, o governo federal criou o auxílio emergencial ao qual os imigrantes também tiveram acesso. Muitos dos que receberam o auxílio decidiram sair do Posto de Recepção e Apoio, sendo perceptível a diminuição dos imigrantes nesse local. Antes da pandemia, havia 250 imigrantes e, atualmente, são 150, levando à conclusão de que as pessoas que receberam o auxílio preferiram alugar um imóvel, buscando seu melhor abrigo.

Na solicitação do auxílio, os imigrantes receberam ajuda dos militares da Força Tarefa, das agências da ONU, como o ACNUR e a OIM. Tanto no PRA como na base foram prestadas todas as informações necessárias para o cadastro para se ter o acesso ao referido auxílio. Alguns imigrantes tinham celular com internet, precisando somente de orientação, e os que não tinham, utilizavam os computadores e internet da operação.

Como pesquisadora, realizei outra visita no período de pandemia ao Posto de Recepção e Apoio (PRA), sendo atendida por um militar da Força Tarefa, que me apresentou as mudanças nas instalações em atendimento aos protocolos de saúde. Foram relatadas por esse militar algumas situações, como o aumento de violência entre os imigrantes e a exploração da força de trabalho do imigrante. É comum pessoas pararem seu carro próximo das instalações da Operação Acolhida solicitando mão de obra de imigrantes.

Como é realizado um cadastro referente às qualificações desses imigrantes, esse militar, quando era possível, indicava os que tinham as qualificações solicitadas. No entanto, não eram raras as vezes em que os imigrantes relatavam ao militar que estavam sendo enganados pelos patrões. Muitos recebiam somente a comida e, na hora de receber as diárias e os salários, ou recebiam incompletos e outros nem recebiam.

Os trabalhadores migrantes podem ser mais vulneráveis aos abusos e à exploração durante a pandemia por diversos fatores, dentre eles o status de migrante, ou mesmo as comuns dificuldades de encontrar um emprego formal. Frente a esse cenário, a Organização Internacional da Migração publicou orientações sobre a regulamentação do recrutamento internacional e a proteção dos trabalhadores migrantes (ONUBR, 2020b). Apesar de muitos setores da economia global dependerem de trabalhadores migrantes, muitas vezes as lacunas na governança da migração e, em particular, a regulamentação do recrutamento, deixam os trabalhadores não nacionais mais suscetíveis à exploração da sua força de trabalho.

O militar que me recebeu na área da rodoviária também era o responsável por ficar monitorando se os imigrantes venezuelanos estavam cumprindo o distanciamento social e o uso de máscara. No entanto, afirmou que a maioria deles não queria usar máscara e era difícil o convencimento; tinha que, a todo o momento, orientá-los em relação à importância da proteção individual, da higienização das mãos e do distanciamento de dois metros, como medidas de

proteção à contaminação pelo novo coronavírus. Parecia que Deus protegia os venezuelanos, pois, mesmo diante da resistência em cumprir os protocolos de saúde, houve poucos casos de contaminados pela COVID-19 em relação aos que estão na área do PRA.

Para Silva (2020), a concepção de que alguém não será infectado porque tem a proteção divina, ou se ela ocorrer, foi pela vontade de Deus, pode parecer ingênua, mas encontra respaldo em uma concepção teológica veterotestamentária, presente em igrejas pentecostais, de que Deus pune a quem erra, mas também cura. Já de um ponto de vista antropológico, situações limites e de caos, como a pandemia, que agrava ainda mais a condição de vulnerabilidade destes imigrantes, exigem a busca de sentido em outro sistema simbólico, o religioso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mobilidade humana em suas diversas modalidades, com ênfase aqui na migração internacional, tem sido marcada por uma ruptura em nível mundial diante do novo cenário de pandemia, sendo exigida uma série de medidas de proteção, como o isolamento social, o confinamento, a quarentena e o fechamento de fronteiras que interrompeu todos os tipos de modalidades de deslocamento de populações em todos os continentes, a fim de conter a transmissão do vírus de Covid-19.

Em tempos de pandemia/Covid-19, os grupos mais vulneráveis, como imigrantes e refugiados, tiveram sua situação ainda mais agravada, visto que tendem a ter pouca ou nenhuma reserva financeira capaz de amenizar a escassez frente ao crescimento do desemprego, vivendo uma tripla crise: a migratória, a sanitária e a econômica. Além do desafio da proibição de entrada dos imigrantes e refugiados no território nacional, sob pena de serem deportados imediatamente e a inabilitação do pedido de refúgio no contexto da pandemia, é necessário refletir também sobre os direitos dos imigrantes que já se encontram em solo brasileiro, pois, em razão da sua vulnerabilidade, tornam-se vítimas da crise que atravessa não só o Brasil, mas o mundo.

REFERÊNCIAS

- ACNUR. (2019) **ACNUR parabeniza Brasil por reconhecer milhares de venezuelanos como refugiados** Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2019/12/06/acnur-parabeniza-brasil-por-reconhecer-milhares-de-venezuelanos-como-refugiados/>>. Acesso em junho de 2020.
- ACNUR. **Key Legal Considerations on access to territory for persons in need of international protection in the context of the COVID-19 response**. Disponível em < <https://www.refworld.org/docid/5e7132834.html>>. Acesso em 26 de agosto de 2020.

ALMEIDA, G. A. **Direitos humanos e não violência**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2015.

BAENINGER, R. Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19: mudança na era das migrações. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coordenadores); ZUBEN, C. V. ; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N. ; DOMENICONI, J. (Organizadores). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

BRASIL, Lei n. 13.445, de 24 de maio de 2017. **Lei da Migração**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445>. Acesso em 29 de agosto de 2020.

CHAVES, J. A atuação da Defensoria Pública da União em favor de imigrantes durante a Pandemia de Covid-19: um relato de campo. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coordenadores); ZUBEN, C. V. ; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N. ; DOMENICONI, J. (Organizadores). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

DANTAS, S. Pandemia, mentiras e xenofobia: a saúde pública requer interculturalidade. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coordenadores); ZUBEN, C. V. ; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N. ; DOMENICONI, J. (Organizadores). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

JAROCHINSKI SILVA, J. C. **Migração forçada de venezuelanos pela fronteira norte do Brasil**. Trabalho apresentado no 41º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, MG, 2017.

ONUBR. **Contágio ou fome, o dilema dos trabalhadores informais durante a pandemia de COVID-19**. 07 de maio de 2020 a. Disponível em <<https://nacoesundidas.org/contagio-ou-fome-o-dilema-dos-trabalhadores-informais-durante-a-pandemia-de-covid-19>>. Acesso em 24 agosto de 2020.

ONUBR. (OIM) **Trabalhadores migrantes são mais vulneráveis a abusos e exploração durante a pandemia**. 09 de junho de 2020. Disponível em <<https://nacoesundidas.org/>>. Acesso em 24 ago. de 2020.

PACHI, Priscilla. **Mobilidade humana e coronavírus: a fronteira social do confinamento e o direito à cidade em 17 de julho de 2020**. Disponível em <<https://museudaimigracao.org.br/>>. Acesso em 26 de ago. de 2020.

PARISE, P.; CARVALHO, L.; PEREIRA, J. C. Missão Paz: assistência, formação e incidência social versus o negativismo de direitos a migrantes e refugiados na interface da Covid-19. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coordenadores); ZUBEN, C. V. ; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N. ; DOMENICONI, J. (Organizadores). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

RAMOS, A. de C. Construindo muralha: o fechamento de fronteira na pandemia de Covid-19. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coordenadores); ZUBEN, C. V. ; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N. ; DOMENICONI, J. (Organizadores). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

- RUSEISHVILI, S. Quatro lições da pandemia sobre a mobilidade no mundo contemporâneo. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coordenadores); ZUBEN, C. V. ; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N. ; DOMENICONI, J. (Organizadores). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.
- SILVA, S. A Fronteira Norte do Brasil: notas de pesquisa. In: BAENINGER, R. et al. (organizadores). **Migrações Venezuelanas**. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Nepo, Unicamp, 2018.
- SILVA, S. Acolhimento institucionalizado em tempos de pandemia: o caso dos venezuelanos em Manaus. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coordenadores); ZUBEN, C. V. ; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N. ; DOMENICONI, J. (Organizadores). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.
- SQUEFF, T. Migrantes no Brasil em tempos de Covid-19: respostas e dificuldades. In: BAENINGER, R.; VEDOVATO, L. R.; NANDY, S. (coordenadores); ZUBEN, C. V. ; MAGALHÃES, L. F.; PARISE, P.; DEMÉTRIO, N. ; DOMENICONI, J. (Organizadores). **Migrações internacionais e a pandemia de Covid-19**. Campinas: Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” NEPO/Unicamp, 2020.

RESUMO

O objetivo deste artigo é compreender o processo de mobilidade e imobilidade humana dos imigrantes venezuelanos residentes na cidade de Manaus/AM e suas estratégias de sobrevivência em meio a uma crise sanitária. O mundo foi marcado, no ano de 2020, por uma pandemia que teve origem na China e se espalhou rapidamente por todos os continentes. No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi confirmado no mês de fevereiro e, a partir desse momento, medidas foram tomadas, sendo criadas legislações em âmbito federal, estadual e municipal (decretos, portarias, resoluções, instruções normativas, dentre outras) visando o enfrentamento do novo coronavírus. Nossa rotina mudou de modo inesperado, houve fechamento de fronteiras internacionais, restrições nos deslocamentos internos, limitações das atividades econômicas, de trabalho e lazer. Vários espaços, sejam públicos ou privados, tiveram suas atividades interrompidas, como universidades, escolas, centros comerciais, restaurantes, dentre outros estabelecimentos, a fim de serem evitadas aglomerações e para se tentar controlar a contaminação pelo vírus. Vários trabalhadores passaram a exercer suas atividades laborais de modo remoto e muitos outros, que exerciam atividades informais sem as garantias sociais trabalhistas, tiveram sua situação de vulnerabilidade socioeconômica ainda mais acentuada. Era a vivência de um cenário de isolamento social e de quarentena forçada sem precedentes.

Palavras-chave: Crise Sanitária; Imigração Venezuelana; Estratégias de Sobrevivência.

ABSTRACT

The objective of this article is to understand the process of human mobility and immobility of Venezuelan immigrants living in the city of Manaus / AM and their strategies for survival through a health crisis. The world was marked in the year 2020 by a pandemic that originated in China and spread rapidly across all continents. In Brazil, the first case of COVID-19 was confirmed in February and, from that moment, measures were taken and laws were created at the federal, state and municipal levels (decrees, ordinances, resolutions, normative instructions) aimed at tackling the new coronavirus. Our routine changed unexpectedly, international borders were closed, restrictions on internal displacement, limitations on economic and work activities. Several spaces, whether public or private, had their activities interrupted, such as universities, schools, shopping centers, restaurants, among other establishments, in order to avoid agglomerations and try to control the contamination of the virus. Several workers began to perform their work activities remotely and many others who performed informal activities without social labor guarantees had their situation of socioeconomic vulnerability even more pronounced. We were experiencing a scenario of unprecedented social isolation and forced quarantine.

Keywords: Sanitary Crisis; Venezuelan Immigration; Survival Strategies.